

Os «fantasmas de Sèvres»¹:

A Turquia face ao regresso do nacionalismo curdo

José Pedro Teixeira Fernandes

1. A história faz sentir o seu peso na questão curda, especialmente nos Estados do Médio Oriente herdeiros do antigo Império Otomano. Há cerca de dois anos e meio atrás, em Julho de 2005, numa entrevista a um jornal turco, o ex-Presidente da República da Turquia, Süleyman Demirel, declarava que «a exclusão do que hoje chamamos o Norte do Iraque, que era a província de Mosul do Império Otomano antes da I Guerra Mundial, tornou-se agora no mais sério problema de segurança da Turquia. Os registos históricos mostram-nos que quando a província de Mosul foi retirada para integrar o Iraque, em 1926, o então Primeiro-Ministro Ismet Paxá disse ao Presidente Mustafa Kemal Paxá que, um dia mais tarde, isso se transformaria num problema de segurança para a Turquia. Hoje isso aconteceu e a Turquia depara-se com um grande problema onde existem riscos de segurança que se acumulam no Norte do Iraque e possíveis dificuldades políticas em direcção à desintegração da Turquia»². Como se pode verificar pelas declarações de Süleyman Demirel, a repartição do Império Otomano no final da I Guerra Mundial é um assunto com significativas repercussões na agenda política da Turquia (e, conseqüentemente, também do Iraque), neste início do século XXI. Que desenvolvimentos históricos estão por detrás desta situação política anómala para os actuais padrões europeus/ocidentais, num país – a Turquia –, que, desde Dezembro de 1999, é candidato oficial à adesão à União Europeia (UE) e que já iniciou as suas negociações de adesão, em Outubro de 2005? Porque é que os curdos –

¹ Este *Working Paper* tem por base o artigo «Os curdos da Turquia às portas da União Europeia», por nós anteriormente publicado na revista *História* nº 81 (2005), pp. 38-43.

² Süleyman Demirel, entrevista ao *Turkish Daily News* (19 de Julho de 2005), <http://www.turkishdailynews.com.tr/article.php?enewsid=18627>

normalmente considerados o maior grupo étnico sem um Estado-nacional³, o que é sem dúvida verdade para o Médio Oriente, onde, a seguir aos árabes e aos turcos, são o terceiro maior grupo étnico com uma população entre os 23 e os 37 milhões de pessoas, consoante as estimativas –, não têm o seu próprio Estado? É a estas difíceis questões que vamos tentar dar resposta, passando em revista, de uma forma sintética, os principais acontecimentos históricos que permitem compreender o problema curdo, tal como o podemos observar na actualidade. Importa notar que estamos perante questões históricas e políticas complexas, não isentas de controvérsias, e marcadas por uma diversidade apreciável de perspectivas.

Em termos históricos, até à dissolução da *pax otomana* (islâmica) no Médio Oriente, pelas potências europeias no pós-I Guerra Mundial – e se exceptuarmos algumas populações curdas que ficaram sob domínio do Império russo no século XIX –, os curdos encontravam-se essencialmente repartidos entre o Império Persa (de que o actual Irão é herdeiro) e o Império Otomano, do qual a Turquia, o Iraque e a Síria foram herdeiros, no que releva dos territórios habitados por populações curdas. Neste sentido, o problema curdo tem um perfil claramente transnacional⁴, não se restringindo propriamente à Turquia e ao Iraque, conforme a maior parte da opinião pública europeia e ocidental está convencida, pela recente mediatização dos acontecimentos nestes dois países: repressão violenta do regime de Saddam Hussein contra as populações curdas do Iraque, guerrilha do *Partiya Karkeran Kurdistan*/Partido dos Trabalhadores do Curdistão

³ Ver o trabalho da jornalista norte-americana Christiane Bird, *A Thousand Sighs, A Thousand Revolts: Journeys in Kurdistan*, Nova Iorque, Random House, 2004.

⁴ Para uma análise histórica abrangente do problema curdo no Irão, Turquia, Iraque, Síria, ver o livro de David McDowell, *A Modern History of the Kurds*, Londres-Nova Iorque, I.B. Tauris, 2ª ed. revista e alargada, 2000. Ver também o trabalho do curdo nascido na Turquia, actualmente ligado ao Instituto Curdo de Paris, Hamit Bozarslan, *La Question Kurde. États et minorités au Moyen-Orient*, Paris, Presses de Sciences Po, 1997.

(PKK) contra o Estado turco que, após um período de relativa acalmia, voltou a reacender-se durante o ano de 2007.

Quadro 1 – As populações curdas e a sua repartição geográfica

Estado	Estimativa 1*	Estimativa 2**
1. Turquia	12,0 a 15,0 milhões	15,0 a 20,0 milhões
2. Irão	6,0 a 7,0 milhões	8,0 a 9,0 milhões
3. Iraque	4,0 a 5,0 milhões	5,0 a 6,0 milhões
4. Síria	850.000 a 1,0 milhão	1, 5 a 2,0 milhões
Total (1+2+3+4)	22,850.000 a 28,0 milhões	29,500.000 a 37,0 milhões
Diáspora na União Europeia	—	847,000 a 1, 0 milhões

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em *Sabri Cigerli, *Les Kurdes et leur Histoire*, Paris, l'Harmattan, 1999, pag. 20 e **Wikipedia http://en.wikipedia.org/wiki/Kurdish_people.

Quadro 2 – Territórios do Curdistão⁵ na Turquia, Irão, Iraque e Síria

Estado	Superfície das zonas curdas	% face ao território estadual
Turquia	230.000 km ²	30% do território da Turquia
Irão	125.000 km ²	8% do território do Irão
Iraque	74.000 km ²	17% do território do Iraque
Síria	40.000 km ²	21% do território da Síria
Total	469.000 km ²	—

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em Sabri Cigerli, *Les Kurdes et leur Histoire*, Paris, l'Harmattan, 1999, pp. 20-26.

Assim, nesta abordagem, vamos privilegiar a questão curda na Turquia, dado ser também neste país que o problema atinge maior intensidade, não só devido à dimensão da população e do território reclamados pelos nacionalistas curdos (ver quadros 1 e 2), como

⁵ A utilização da palavra «Curdistão» é já em si mesma objecto de controvérsia, não só pela fluidez desta como designação geográfica (é difícil definir com rigor os territórios historicamente habitados por populações curdas), como também pelas suas conotações políticas (os territórios do «Curdistão» são objecto de reivindicações de autonomia e/ou «autodeterminação nacional» face aos Estados onde se situam, pelos diversos movimentos nacionalistas curdos).

devido aos mais de 30.000 mortos que já ocorreram neste conflito, desde o início da sublevação do PKK contra o Estado curdo, em 21 de Março 1984 (que, simbolicamente, coincidiu com a data do início do *Nevroz/Newroz*, uma festividade de origem pré-islâmica, celebrada pelos povos de etnia iraniana, como é caso dos curdos, a qual marca o início do Ano Novo).

2. O tratado de paz Sèvres, assinado a 10 de Agosto 1920, na localidade homónima situada nos arredores de Paris, entre as potências vencedoras da I Guerra Mundial – nas quais se incluía Portugal, representado por Afonso Costa, o Presidente da República nessa altura – e o Império Otomano/Turquia, é um marco particularmente importante nas expectativas curdas de criação do seu próprio «Estado-Nação». Embora nunca tenha chegado a ter validade jurídica face ao dispositivo em vigor no Direito Internacional Público (não foi ratificado pelo Estado turco), este é um texto relevante, não só numa perspectiva histórica, como também numa perspectiva político-diplomática⁶. No seu artigo 62º, sob a epígrafe «Curdistão», o Tratado estabelecia o seguinte: «Uma Comissão sediada em Constantinopla e composta por três membros designados pelos governos britânico, francês e italiano, preparará, nos seis meses a contar da data em entrada em vigor do presente Tratado, a autonomia local para as regiões predominantemente curdas, situadas a leste do Eufrates, a sul da fronteira meridional da Arménia, tal qual possa ser determinada, e a norte da fronteira da Turquia com a Síria e a Mesopotâmia [...] Este plano deverá incluir garantias plenas para a protecção dos assírios-caldeus e outras minorias raciais ou religiosas no interior destas regiões e, com este objectivo, a

⁶ Para uma análise detalhada do problema curdo à luz do Tratado de Sèvres e das circunstâncias político-diplomáticas que o precederam, bem como dos acontecimentos que posteriormente levaram ao seu abandono, ver o livro de Salah Jmor, *L'Origine de la Question Kurde*, Paris, L'Harmattan, 1994, baseado na dissertação de doutoramento que este curdo da diáspora na Europa, de nacionalidade iraquiana, apresentou à Universidade de Genebra, sob a orientação de Gérard Chaliand.

Comissão composta pelos representantes britânico, francês, italiano, persa e curdo visitará os locais para examinar e decidir que rectificações, se a elas houver lugar, deverão ser feitas na fronteira da Turquia onde, em virtude das disposições do presente Tratado, esta fronteira coincidir com a da Pérsia». Por sua vez, o artigo 64º previa ainda o seguinte: «Se, no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do presente Tratado, a população curda, nas regiões definidas pelo artigo 62º, se dirigir ao Conselho da Sociedade das Nações e demonstrar que uma maioria da população dessas regiões deseja tornar-se independente da Turquia e se o Conselho então considerar que essa população é capaz dessa independência e recomendar que ela lhe seja acordada, a Turquia compromete-se pelo presente, a executar essa recomendação e a renunciar a todos os direitos e títulos sobre essas regiões.»⁷ Como se pode verificar pelo teor deste dispositivo, a possibilidade de nascimento de um Estado curdo sobre as cinzas do Império Otomano, foi acalentada pelas potências vencedoras da I Guerra Mundial, na linha dos ideais do Presidente norte-americano, Woodrow Wilson, simbolizados na fórmula do «direito das Nações disporem de si próprias».

Uma interrogação importante que se coloca a este propósito é a de saber até que ponto no início dos anos 20 do século passado existia de facto um movimento nacionalista curdo, com um suporte significativo entre a população (ou seja, se existia uma verdadeira consciência nacional apoiada na ideia unificadora de uma «comunidade imaginada»⁸), ou, pelo contrário, se a realidade apontava para a «nação curda» como uma ideia política europeia/ocidental, sem raízes visíveis no terreno, cultivada por

⁷ Cfr. José Alberto Azeredo Lopes, *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Porto: Gabinete de Estudos Internacionais-Universidade Católica Portuguesa, 1999, pp. 62-63.

⁸ Ver Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo* (trad. port. de *Imagined Communities. Reflexions on the Origins and Spread of Nationalism*, 1983, 2ª ed. 1991), Lisboa, Edições 70, 2005.

notáveis curdos ocidentalizados – como, por exemplo, por Serif Paxá, o antigo embaixador otomano em Estocolmo, que liderou a delegação curda à Conferencia de Paz de Paz de Paris, em 1919 – e que era também alimentada artificialmente pelas potências europeias com interesses na região (sobretudo a Grã e a França), camuflando uma estratégia de *divide and rule* dos povos muçulmanos otomanos.

Quadro 3 – A diversidade religiosa entre as populações curdas

Grupo religioso	Principais características
Muçulmanos Sunitas	A grande maioria da população curda (entre 75% a 80%) segue o Islão sunita, mas distingue-se dos seus vizinhos turcos e árabes sunitas por adoptar a escola religiosa (rito) xafeíta, ao contrário destes que são predominantemente de rito henefi/hanefita.
Alevis (Muçulmanos heterodoxos próximos do Xiismo)	«Alevi» é uma designação bastante abrangente que engloba diversos sub-grupos religiosos heterodoxos, mais ou menos aparentados com o Islão Xiita, normalmente considerados uma seita herética pelos Muçulmanos Sunitas ortodoxos. Calcula-se que entre 12% a 15% das populações curdas sejam Alevis.
Yezidis/Ezidis	Os Yezidis/Ezidis são uma religião pouco conhecida de tipo sincrético, onde se combinam elementos do Zoroatrismo, do Islão e do Cristianismo, que tem alguma representatividade entre as populações curdas (num valor que poderá andar perto dos 5%)
Outros (Cristãos e Judeus)	Cristãos Nestorianos, Cristãos Assírios e Cristão Caldeus; Judeus (a percentagem total destes grupos religiosos não Muçulmanos no conjunto das populações curdas não deverá atingir os 3%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em Sabri Cigerli, *Les Kurdes et leur Histoire*, Paris, l'Harmattan; Martin van Bruinessen, *Kurds, Turks and the Alevi revival in Turkey*, http://www.let.uu.nl/~martin.vanbruinessen/personal/publications/Alevi_revival.htm; e Kemal Burkay, *La Question Kurde – Passé et Présent*, http://www.kurdistan.nu/francais/fr_la_question_kurde.htm.

Se lermos *Agha, Shaikh and State*⁹, o trabalho do antropólogo holandês Martin van Bruinessen, provavelmente o académico ocidental que melhor conhece as estruturas sociais e políticas dos curdos, a sensação que fica é que a sociedade curda da época era profundamente tradicionalista, estava organizada em estruturas de tipo tribal, em torno dos líderes políticos e religiosos tradicionais – os «agas» e os «xeiques» –, tinha uma parte significativa da sua população nómada, ou semi-nómada, e estava profundamente impregnada da cultura e dos valores religiosos do Islão (em especial do Islão sunita – ver quadro 3), provavelmente o principal elemento unificador das tribos curdas, a par de alguma consciência da sua especificidade étnica.

Sendo esta a realidade no terreno, não é muito difícil de perceber porque é que a generalidade dos curdos do antigo Império Otomano foi mais sensível ao *discurso* do *Gazi*¹⁰ Mustafa Kemal acedendo à sua vontade de celebração dum «pacto nacional» entre Muçulmanos otomanos (curdos e turcos). Nessa altura crítica, o principal objectivo do *Gazi* era «libertar o território Muçulmano ocupado pelos *gâvurs*»¹¹ (nome dados aos «infiéis» Cristãos) arménios nas zonas do Leste da Anatólia e gregos na Ásia Menor, apoiados pelas potências ocidentais (especialmente a Grã-Bretanha e a França). Dito de outra forma, numa sociedade profundamente tradicional, a linguagem política do Islão, e o apelo à solidariedade islâmica da *ümmet/umma* falou mais alto, e, sobretudo, de uma forma muito mais compreensível e mobilizadora, do que a linguagem política do Ocidente, com os seus

⁹ Martin van Bruinessen, *Agha, Shaikh and State. The Social and Political Structures of Kurdistan*, Londres e Nova Jersey, Zed Books, 1992. Este livro é essencialmente o texto da dissertação de doutoramento deste autor, apresentada à Universidade de Utrecht, na Holanda, em 1978, com algumas alterações e actualizações.

¹⁰ *Gazi* era o título honorífico tradicionalmente atribuído ao guerreiro que combatia pela *umma* islâmica (conquistando, por exemplo, um país Cristão ou vencendo os exércitos «infiéis»), o qual foi atribuído a Mustafa Kemal pela Grande Assembleia Nacional devido às suas vitórias na guerra da independência.

¹¹ Sabri Cigerli, *Les Kurdes et leur Histoire*, Paris, l' Harmattan, 1999, pag. 105.

conceitos estranhos e abstractos de «Estado» soberano e de «Nação» *à la française*, que pouco ou nada diziam à grande maioria de uma população tradicionalista e analfabeta. Isto pode parecer surpreendente, uma vez que habitualmente os autores curdos e turcos que escrevem, ou, porventura, estão traduzidos em línguas ocidentais, e também a maioria dos historiadores ocidentais, tendem a apresentar este passado histórico (re)escrito à luz dos actuais conceitos de «Estado», «Nação» e «Nacionalismo», na linguagem puramente secular da Ciência Política ocidental. Todavia, pelas razões já apontadas, é bastante duvidoso que essa linguagem estivesse minimamente enraizada nos territórios históricos do *dar al-Islam*, como é o caso do Curdistão.

Existe uma outra evidência empírica curiosa da mesma época que, embora nada tendo directamente a ver com o problema curdo, aponta para a mesma ideia. Em 1922, quando Enver Paxá, o líder do triunvirato dos «jovens turcos» durante a I Guerra Mundial – visto na Europa como uma espécie de «Robespierre otomano», da revolução de 1908 que depôs o Sultão Abdülamid II, pelo seu radicalismo político e posições anti-religiosas –, combatia o Exército Vermelho, no Uzebequistão soviético, tentando (re)constituir um império pan-turco (turânico), intitulou-se, sucessivamente, «Comandante-em-Chefe de todos os exércitos do Islão, genro do Califa e Representante do Profeta» e «Emir do Turquestão»¹². E tudo indica que não foi por subitamente se ter tornado religioso, mas, antes, por uma deliberada estratégia política para captar o apoio das massas muçulmanas. Este padrão de comportamento adoptado por líderes partidos políticos com ideologias oficialmente seculares e nacionalistas (ou seja, de tipo ocidental), mas que na sua prática política tiveram de recorrer ao Islão, e à sua linguagem político-religiosa, para mobilizar as massas –

¹² David Fromkin, *A Peace to End All Peace. The Fall of the Ottoman Empire and the Creation of the Modern Middle East*, Nova York, Owl Books, pag. 487.

o qual se podia observar nos anos 20 do século XX em Mustafa Kemal e Enver, não só persistiu ao longo de todo o século XX, como até se acentuou no final do mesmo. Os casos de Saddam Hussein e do partido *Baas/Baath* (literalmente «renascimento», em árabe) no Iraque, teoricamente um partido socialista e nacionalista árabe, e do próprio PKK de Abdullah Öcalan, um partido oficialmente marxista, confirmam bem essa tendência. No caso de Saddam Hussein, é bem conhecida a sua retórica, iniciada durante a guerra com o Irão (1980-1988), onde este se intitulava herdeiro de Saladino, o líder Muçulmano que, no período medieval, expulsou os cruzados de Jerusalém. O curioso deste discurso, para além de recuperar um passado muito longínquo, é que Saladino nasceu numa família Muçulmana sunita de Tikrit, a cidade de onde é originário o clã tribal de Saddam Hussein, daí a sua exploração política deste passado. Mas, Saladino era também um Muçulmano de etnia curda, o que, paradoxalmente, permite aos nacionalistas curdos de hoje, sobretudo os do Iraque, apropriarem-se igualmente da sua memória, transformando-o num «herói nacional» curdo. Ainda no caso de Saddam Hussein, quando, em Agosto de 1990, anexou o Koweit, este invocou novamente princípios islâmicos para legitimar a sua anexação. Com essa argumentação, não só negou a soberania do Koweit, afirmando que este pertencia ao Iraque, como o sustentou a ideia que «as fronteiras existentes foram delineadas pelos poderes coloniais ocidentais e, por isso, no mundo do Islão, careciam de toda a legitimidade». Embora isso fosse claramente um pretexto para essa anexação, «são os significados simbólicos dessas referências que importam»¹³.

O caso específico dos curdos da Turquia e do marxista PKK é também particularmente interessante e elucidativo. «Inicialmente, como todos

¹³ Bassam Tibi, *The Challenge of Fundamentalism. Political Islam and the New World Disorder*, Berkeley, University of California Press, 1998, pag. 39.

os movimentos da extrema-esquerda da Turquia, era não apenas secularista mas distintamente anti-religioso. Tendo descoberto como estavam fortemente ligados ao Islão muitas das populações rurais curdas, renunciou à sua irreligiosidade inicial, e fundou dois afiliados Muçulmano, a União das Pessoas Religiosas, e a União dos Imãs Patrióticos. E de forma a não alienar também os curdos alevi e yezedi devido à sua abertura ao Islão sunita, o PKK fundou, pouco tempo depois, uma associação alevi e yezedi¹⁴. Estas evidências empíricas parecem confirmar a plenamente sagaz observação de Ernest Gellner, sobre a «queda de Marx e a ascensão de Maomé», como referência ideológica no Mundo Muçulmano.

Para além do já referido, há ainda mais dois aspectos importantes que contribuíram para a aproximação para entre turcos e curdos, após a assinatura do Tratado de Sèvres. O primeiro foi o facto de as potências europeias terem previsto uma repartição territorial do Império Otomano, a qual deixava, como de facto acabou por deixar, o Curdistão otomano repartido por vários Estados: a Turquia, o Iraque e a Síria (uma solução pouco interessante para as populações curdas, que a propaganda do movimento de Mustafa Kemal explorou também inteligentemente). O segundo está associado à questão arménia e aos massacres dos arménios¹⁵ ocorridos durante a I Guerra Mundial nos quais os curdos tiveram uma participação activa, dados que os territórios habitados por ambos se sobrepunham em grande parte. A este propósito, e conforme faz notar também Martin van Bruinessen, «mais estranho ainda que o conceito de Nação era o conceito de Estado-Nação. Todos os Estados do Médio Oriente eram multi-étnicos, enquanto diversos povos, tais como os curdos e os arménios (e os judeus, se é que estes propriamente podem ser

¹⁴ Martin van Bruinessen, «The Kurds and Islam», *Working Paper nº 13, Islamic Area Studies Project*, Tóquio, Japão, 1999, p. 19.

¹⁵ Ver José Pedro Teixeira Fernandes, «O que aconteceu aos Arménios?» in *História* 68 Julho/Agosto (2004): 28-38.

designados por Nação) eram representados em mais de um Estado. Outra característica do Médio Oriente era que frequentemente mais do que um grupo habitava o mesmo território. Todos os grupos étnicos tinham as suas próprias zonas de ocupação especializadas e dependiam, em certa medida, uns dos outros. Nessa altura, as áreas onde viviam os arménios e os curdos coincidiam em grande parte. Pode parecer cínico, mas foram os massacres dos arménios que tornaram um Estado curdo realizável»¹⁶.

3. A campanha vitoriosa de Mustafa Kemal na guerra da independência (1919-1922), onde os curdos foram valiosos aliados contra os antigos *dhimmi/zimmi* Cristãos, especialmente contra os arménios, levou ao abandono definitivo do Tratado de Sèvres e à negociação de um novo tratado de paz com a Grécia (o principal derrotado) e as potências europeias intervenientes na região (Grã-Bretanha, França e Itália). Este foi celebrado em Lausana, na Suíça, a 24 de Julho de 1923, e marcou não só o fim formal do Império Otomano, como o abandono da ideia da autodeterminação dos curdos, que poderia levar à criação de um Estado curdo independente, no Leste da Anatólia, se fosse essa a vontade das suas populações. Reflectindo a tradição otomana de governação, baseada no sistema do *millet* – ou seja, de reconhecimento, apenas, das diferentes comunidades religiosas dos «Povos do Livro», associado a alguma autonomia dada a estas sobre o primado da Xária/*Seriat* e a supremacia da comunidade islâmica dos crentes, a *umma/ümmet* –, o dispositivo do Tratado de Lausana apenas previu o reconhecimento dos direitos das minorias grega, arménia e judaica. Ironicamente, estas comunidades religiosas não Muçulmanas acabaram praticamente por desaparecer da República da Turquia, por essa mesma altura, devido à «limpeza étnica» durante a guerra da

¹⁶ Martin van Bruinessen, *Agha, Shaikh and State. The Social and Political Structures of Kurdistan*, pag. 269.

independência, à troca de populações entre a Grécia e Turquia nos anos seguintes, e à emigração para a Europa e América do Norte (gregos e arménios) e para Israel (judeus), a partir de 1947.

Quanto à população curda, como na sua generalidade era Muçulmana, a delegação turca liderada por Ismet Paxá (mais tarde Ismet Inonü), obstou a que lhe fosse reconhecido qualquer estatuto especial, alegando quer razões do passado histórico (a sua pertença à *umma/ümmet*, durante o período de governação otomana), quer razões políticas de Estado, como o facto de o «pacto nacional» fundador da República da Turquia ter sido subscrito por turcos e curdos. Mas a hostilidade de Mustafa Kemal Atatürk e Ismet Inonü ao reconhecimento das populações curdas como uma minoria autónoma explica-se ainda por outras razões de fundo. Existia um forte receio que a lógica de secessão, a qual tinha destruído o Império Otomano sob influência das ideias europeias da «Nação» e do Nacionalismo», e que, sucessivamente, tinham alimentado os nacionalismos separatistas grego, sérvio, búlgaro, arménio, árabe, etc., contra os governantes otomanos, e desempenhado um papel importante na desagregação do seu império, fracturassem a recém criada República da Turquia (receio do qual o ex-Presidente Süleyman Demiral faz eco na entrevista citada inicialmente).

Esta clivagem latente na sociedade turca desde a fundação da República teve, e continua ainda a ter, inúmeros episódios violentos. Durante o período de Mustafa Kemal (1923-1938), das dezoito revoltas que ocorreram contra a regime republicano-secularista, dezassete tiveram lugar no sudeste da Anatólia e em dezasseis estiveram envolvidos grupos curdos. As mais conhecidas pela sua maior dimensão foram a rebelião do Xeiqe Said (1925) e a revolta do Monte Ararat (*Ağrı Dağı*), em 1930. Também aqui as leituras

sobre o significado destas insurreições divergem bastante. Por exemplo, no caso da primeira, a rebelião liderada pelo Xeiqe Said, os autores curdos tendem a apresentá-la como uma revolta «proto-nacionalista», onde o que estava em causa era principalmente a luta pela independência, enquanto que para os autores turcos a qualificação mais habitual é a de uma revolta «reaccionária» de um líder religioso retrógrado, que apenas queria (re)instituir o califado abolido por Mustafa Kemal. Seja qual for a interpretação mais próxima da realidade histórica, a verdade é que houve uma grande sublevação as tribos dos curdos zaza contra o regime republicano, tendo a parte oriental da Turquia ficado a ferro e fogo durante vários meses, e a revolta só sido dominada após a deslocação e permanência continua de várias dezenas de milhares de soldados na região. Na sequência deste clima de revolta praticamente ininterrupto, que marcou os primeiros anos da República, foi aprovada, em Junho de 1934, uma legislação, a Lei 2.510, a qual (re)organizava o território da Turquia em três zonas: i) localidades reservadas à habitação, sob forma compacta, de pessoas possuindo a cultura turca; ii) regiões para onde as populações de cultura não turca deveriam ser deslocadas, de forma a serem assimiladas pela cultura e língua turcas; iii) regiões que deveriam ser completamente evacuadas. Esta legislação permitiu ao governo turco efectuar deslocações (deportações) de populações em massa, confiscando todas as propriedades imóveis que pertenciam às tribos curdas e aos seus líderes. Para além disso, «todas as aldeias ou quarteirões urbanos onde o turco não era a língua nativa foram dissolvidos e os seus habitantes foram distribuídos por áreas onde o turco era a língua predominante. Todo o tipo de associação ou agrupamento onde a maioria fossem não falantes de turco, foi também proibido. A intenção era dispersar a população curda para áreas onde esta não

constituísse mais de 5% da população, de forma a extinguir a identidade curda»¹⁷.

4. Ao longo dos anos 40 e 50 do século XX o problema curdo parecia encaminhar-se para a solução pretendida pelo Estado turco, que era a da completa assimilação das populações curdas, através da diluição da sua língua e da sua cultura, na cultura turca, tal como o Estado a entendia difundir pelas suas populações. A verdade é que a evolução posterior dos acontecimentos, sobretudo a partir de meados dos anos 60, veio mostrar como esta percepção foi bastante ilusória. Por razões diversas, entre as quais um ambiente relativamente mais liberal, e sobretudo bastante mais politizado, que se viveu no país nas décadas de 60 e 70, e o aumento do grau de instrução das populações curdas, especialmente daquelas que emigraram para as grandes cidades da Turquia ocidental – como foi o caso do próprio fundador do PKK, Abdullah Öcalan, um antigo estudante de Ciência Política da Universidade de Ankara –, assistiu-se a um revivalismo das suas pretensões de autonomia e/ou autodeterminação nacional e das reivindicações culturais e identitárias, nomeadamente quanto ao uso da língua.

A partir do golpe de Estado de 12 de Setembro de 1980 uma junta militar liderada pelo general Kenan Evren assumiu o poder, tendo o Estado turco enveredado por um autoritarismo político-militar que se prolongou por vários durante vários anos, o qual teve reflexos directos na evolução posterior da questão curda, e no desencadear da luta armada pelo PKK. Nessa altura, a síntese turco-islâmica proposta pelo professor de História da Universidade de Istambul, Ibrahim Kafesoğlu, e pela sua influente associação de intelectuais conservadores-nacionalistas (e, nalguns casos, também pró-

¹⁷ David McDowell, *A Modern History of the Kurds*, Londres-Nova Iorque, I.B. Tauris, 2ª ed. revista e alargada, 2000, pag. 207.

islamistas), o *Aydınlar Ocağı*, teve um papel determinante na elaboração Plano Nacional da Cultura, transformando-se a síntese turco-islâmica numa espécie de ideologia não oficial do Estado turco, determinante na composição dos *curricula* do ensino e na promoção da *turkishness*. O seu moto foi algo do género «o melhor turco é muçulmano e o melhor muçulmano é turco», tendo, como corolário lógico desta política onde só a identidade turco-muçulmana (sunita), tinha lugar, sido completamente banido o uso da palavra «curdos» que, no discurso oficial, eram designados como «turcos da montanha». Paralelamente, e na sequência da já referida estratégia de promoção da *turkishness*, foram desenvolvidos esforços para aumentar a participação activa de cidadãos turcos de origem curda na actividade pública e política, procurando, desta forma, difundir entre estes a primazia da sua identidade turca. Sendo ou não um resultado destas políticas, a verdade é que proeminentes personalidades da vida política da Turquia das últimas décadas são de ascendência curda – é esse, por exemplo, o caso do antigo Primeiro-Ministro e ex-Presidente da República, Turgut Özal, bem como o do antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hikmet Cetin.

Num processo de reacção/imitação, do lado curdo as estratégias de afirmação de uma identidade própria parecem ser quase simétricas à utilizada pelo Estado turco, na medida em que também estes se esforçam por apresentar, especialmente junto da opinião pública europeia/ocidental, uma «Nação curda» como um todo coerente e unificado. Mas a realidade é substancialmente diferente. A população curda é bastante heterogénea, consistindo em diversos grupos religiosos e linguísticos, para já não falarmos nas suas divisões tribais e de clãs. Em termos religiosos, embora com uma grande predominância de Muçulmanos sunitas (cerca 75% a 80%), inclui,

também um número razoável de alevís (12% a 15 %) e em termos mais residuais, yazidis, judeus e cristãos (inferior a 3%).

Quadro 4 – A diversidade linguística dos falantes da língua curda

Dialectos	Zonas geográficas onde são utilizados
Curmanji/Kurmanci	Norte do Curdistão (a grande maioria dos curdos da Turquia que falam língua curda expressam-se neste dialecto, que é também falado por algumas tribos/clãs curdos do Iraque). É o principal dialecto em número de falantes
Sorani	Regiões centrais do Curdistão (a maior parte dos curdos do Iraque e do Irão que falam língua curda expressam-se neste dialecto). É o segundo dialecto com maior número de falantes
Zaza/Zazaki	Em certas regiões do Curdistão da Turquia (especialmente em Dersim, Elazig e Maraş). É o segundo dialecto em número de falantes, dos curdos da Turquia
Gorani	Regiões mais a Sul do Curdistão da Turquia, Iraque e Síria. Tem um número relativamente reduzido de falantes

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em Martin van Bruinessen, *Agha, Shaikh and State. The Social and Political Structures of Kurdistan*, Londres e Nova Jersey, Zed Books, 1992; Sabri Cigerli, *Les Kurdes et leur Histoire*, Paris, l' Harmattan; e Kemal Burkay, *La Question Kurde – Passé et Présent*, http://www.kurdistan.nu/francais/fr_la_question_kurde.htm

Em termos linguísticos, a língua curda contém vários dialectos – o Curmanji/Kurmanci, o Sorani, o Zaza/Zazaki e o Gorani – sendo os dois primeiros predominantes, para além da existência de diversos sub-dialectos. Todavia, importa também notar que uma parte significativa dos curdos não fala curdo, em nenhum dos seus dialectos, essencialmente por razões políticas ligadas à marginalização ou até proibição do uso da língua curda, nos Estados onde este vivem.

5. Por último, uma breve referência aos desenvolvimentos do problema curdo no pós-Guerra Fria, bem como às suas perspectivas de evolução. Em 1991, a guerra do Koweit desencadeada na sequência da tentativa de anexação deste Estado por Saddam

Hussein, levou, após a derrota militar do Iraque por uma ampla coligação liderada pelos EUA e as posteriores tentativas de repressão do governo iraquiano sobre as suas próprias populações curdas, ao estabelecimento de um protectorado *de facto* no Norte do Iraque. Este foi assegurado pela força aérea dos EUA e Reino Unido, que actuaram como principais garantes das zonas de exclusão aérea impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Norte do paralelo 36º. Por sua vez, para o governo da Turquia, a situação de guerra vivida nos primeiros meses de 1991 e a posterior protecção anglo-americana do Curdistão iraquiano gerou duas grandes apreensões. A primeira foi uma apreensão de tipo humanitário, a qual resultou da deslocação de várias centenas de milhares de iraquianos de origem curda ou turcomana para o território da Turquia (estes últimos tiveram a na sua deslocação mais facilitada para o território turco, pelo seu parentesco étnico). A segunda foi de tipo estratégico, e resultou dos receios que a independência *de facto* do Norte do Iraque contagiasse as populações curdas do seu próprio território, estimulando-as a intensificar a sua revolta e a reivindicar com mais intensidade a autodeterminação nacional. Para evitar esse rumo dos acontecimentos, a Turquia tentou forjar alianças com os dois principais movimentos político-militares curdos do Iraque – o *Partiya Demokrat a Kurdistanê*/Partido Democrático do Curdistão (PDK), com implantação no grupo tribal/clã liderado por Massoud Barzani e reunindo alguns milhares de *peshmerga* (combatentes); e o seu rival histórico implantado na tribo/clã liderado por Jalal Talabani, o *Yaketi Nishtimani Kurdistan*/União Patriótica do Curdistão (PUK), teoricamente um partido de esquerda à ocidental, que procurou estabelecer o seu próprio governo em Sulaymaniyah, já próximo da fronteira com o Irão. Neste contexto, o governo turco explorou sobretudo parcerias estratégicas com o PDK, uma vez que a sua zona de implantação tribal é ao longo da fronteira com o seu próprio

território, tentando, desta forma, reprimir mais eficazmente as guerrilha do PKK na Turquia, e procurando obter «carta branca» para atacar as suas alegadas bases em território do Curdistão iraquiano, especialmente na zona fronteiriça das montanhas Kandil (onde Süleyman Demirel sustentava, em 2005, que o exército turco devia voltar a entrar, possibilidade que hoje voltou a ser equacionada pelo actual governo de Recep Tayyip Erdoğan). No passado, esta política permitiu ao exército turco desenvolver várias operações militares de envergadura, embora sem grande sucesso no terreno.

A detenção e prisão do líder do PKK, Abdullah Öcalan, no Quénia, a 15 de Fevereiro de 1999, após uma fuga rocambolesca, na qual este, depois de abandonar o território da Síria sob pressão do governo turco, passou pela Rússia, Itália e Grécia, acabou por ser capturado pelos serviços secretos turcos em colaboração com os serviços de informações norte-americanos, nesse país africano. Após a sua detenção assistiu-se a uma relativa acalmia no conflito militar entre o governo turco e a população curda, ocorrendo, também, algumas melhorias em matéria de protecção dos direitos culturais da população curda. Estas melhorias foram, em grande parte, o resultado de pressões externas associadas ao processo de aproximação da Turquia à União Europeia. Todavia, alguns incidentes graves entretanto ocorridos levantam bastantes interrogações sobre o problema curdo e a sua evolução futura. Um destes incidentes foram os atentados terroristas ocorridos a 15 e 20 de Novembro de 2003 em Istambul, a antiga capital imperial otomana, actualmente a mas populosa cidade da Turquia e seu principal centro económico, nos quais foram atingidas e destruídas duas sinagogas, um banco sediado em Londres e o consulado britânico, provocando cerca de 60 mortos e meia centena de feridos. Na explicação oficial do governo turco para os atentados terroristas e na especulação da generalidade

dos *media* europeus em torno dos seus autores, rapidamente as culpas foram imputadas aos «suspeitos do costume», no pós 11 de Setembro de 2001 – os elementos da rede da Al Qaeda –, sendo esta a explicação, até pela sua plausibilidade, que ficou na mente da generalidade da opinião pública europeia. A questão é que uma análise mais atenta do caso mostra importantes *nuances* quanto à imputação de responsabilidades. Não só os autores do atentados eram todos de nacionalidade turca, como eram originários duma das províncias «curdas» do Sudeste da Turquia, Bingöl. Mas, o aspecto mais importante que praticamente passou despercebido, foi o de que estes elementos pertenciam, ou, pelo menos, tiveram ligações no passado, ao *Hizbollah*/«Partido de Deus», da Turquia (apesar da coincidência do nome, nada tem a ver com o *Hizbollah* xiita do Líbano), um grupo radical islâmico que, durante vários anos, lançou ataques mortíferos contra elementos PKK. A questão é que existem indícios que apontam no sentido do exército turco, durante algum tempo, ter apoiado, ou, pelo menos, «mostrado compreensão» para com o «trabalho sujo»¹⁸ do *Hizbollah*, só tendo começado a alterar significativamente essa atitude de benevolência, e a reprimi-lo, após a relativa acalmia do conflito, no final da década de 90. As consequências desta estratégia perversa de contra-guerrilha são fáceis de perceber. No passado, o extremismo islâmico foi mobilizado contra os «ateus marxistas» do PKK que, na sua hierarquia fanática de inimigos, eram naturalmente os piores inimigos do Islão. O problema é que o *Hizbollah* turco ficou sem causa para combater, com a relativa acalmia do conflito curdo ocorrida nos últimos anos. E o resultado foi, ao que tudo indica, estes «partidários de Alá», com ou sem apoio da Al Qaeda, virarem-se contra o próprio Estado turco o qual, aos seus olhos, também já se afastou demasiado da «pureza original» do Islão.

¹⁸ Ver artigo da autoria de Mark Huband intitulado «Turkey tastes bitter fruit of Kurdish conflict» no *Financial Times* (28 de Novembro de 2003).

Um outro incidente que merece ser lembrado pela actual situação vivida na Turquia é a onda de nacionalismo que atravessou o país, quando, a 21 de Março de 2005, os curdos comemoravam pela primeira vez livremente o *Nevroz/Newroz*. Numa dessas comemorações, um jovem curdo mais exaltado queimou (ou «dessacralizou», na linguagem da imprensa turca), a bandeira da República da Turquia, gerando uma reacção de condenação verbal violenta e grandes manifestações de rua, onde se uniram os partidos de esquerda e da direita. Vista sob o prisma europeu/ocidental, esta reacção pode ser qualificada como uma injustificada histeria nacionalista, pela sua intensidade desproporcionada. Ao longo do ano de 2007 voltou a verificar-se um conjunto de incidentes mortíferos (e de manifestações de nacionalismo turco exaltado), resultantes de acções de guerrilha e/ou terroristas, tanto quanto se sabe da autoria do PKK, e que apontam para a possibilidade de reatamento do conflito militar. Exagerada ou não, esta possibilidade levou a uma presença militar turca em larga escala, com cerca de 100.000 efectivos do seu exército deslocados para o Sudeste do país, junto à fronteira iraquiana. E provocou também um clima de tensão nas relações diplomáticas com os EUA, devido à possibilidade de tal incursão desestabilizar, ainda mais, o Iraque na sua região actualmente mais pacífica e próspera – o Curdistão iraquiano, onde os norte-americanos dispõem provavelmente do seus melhores aliados, no confuso e complexo *puzzle* sectário iraquiano. Por tudo isto, estamos a assistir a um perigoso jogo diplomático em que os novos aliados da Turquia na questão curda parecem ser, cada vez mais, os antigos rivais-inimigos sírio (que procura quebrar o crescente isolamento provocado pela queda do regime Saddam Hussein) e iraniano (ambicionando converter-se na principal potência da região, incluindo ao nível nuclear). Se o devir da questão curda é

de consequências geopolíticas incertas, o que não há muitas dúvidas é que os «fantasmas de Sèvres» vão continuar a perseguir a Turquia no século XXI. Um aspecto importante a reter para o futuro é que a perspectiva de adesão da Turquia à UE, a concretizar-se, vai trazer consigo a «europeização» deste complexo problema transnacional do Médio Oriente.